

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.389.077 - MG (2018/0286017-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : JOAO FERNANDO DELMONTE - ESPÓLIO
REPR. POR : JOANA D ARC DE OLIVEIRA DELMONTE - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : ELAINE SAMPAIO MACHADO - MG071016
OTAVIO CARVALHO NAPOLIS COSTA - MG144841
MICHEL CORREIA CAMPOS - MG156850
AGRAVADO : ROMEU GERKEN DELMONTE
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO GOES VIEIRA - MG017593
VINICIUS LIRIO REIS E GÓES VIEIRA - MG082367

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. AUSÊNCIA. PRAZO PRESCRICIONAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO COM FUNDAMENTO EM RECURSO REPETITIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INCABÍVEL. INTERRUPTÃO DO PRAZO. HABILITAÇÃO DO CHEQUE PRESCRITO EM INVENTÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE INEXISTENTE. AGRAVO NÃO CONHECIDO QUANTO À NEGATIVA DE SEGUIMENTO SOB O RITO DO ART. 1.030, I, *b*, DO NCPC (ART. 543-C DO CPC/73) E, NOS DEMAIS PONTOS, AGRAVO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

ROMEU GERKEN DELMONTE (ROMEU) ajuizou ação de cobrança contra JOÃO FERNANDO DELMONTE - ESPÓLIO REPR. POR JOANA D ARC DE OLIVEIRA DELMONTE - INVENTARIANTE (ESPÓLIO), com fundamento em cheque no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

A sentença julgou extinguiu o processo, reconhecendo a prescrição (e-STJ, fls. 115/117).

O Tribunal de origem deu provimento a apelação interposta por ROMEU e julgou prejudicado o recurso adesivo interposto pelo ESPÓLIO, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 243):

APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - CHEQUE - INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO - APRESENTAÇÃO DO TÍTULO DE CRÉDITO EM JUÍZO DE INVENTÁRIO - PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. Nos termos do art. 202,

IV, do Código Civil, a apresentação do título de crédito em juízo de inventário, interrompe o prazo prescricional de 05 (cinco) anos para o ajuizamento da ação de cobrança de cheque.

Os embargos de declaração opostos pelo ESPÓLIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 279/284).

Inconformado, ESPÓLIO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 489, § 1º, 1.022 do NCPC, 202, IV, 206, § 3º, VIII, do CC/02, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido foi omissivo e deficientemente fundamentado; (2) prescreve em três anos a ação de cobrança de cheque prescrito; e (3) caso se entenda pela aplicação do prazo quinquenal, não se admite a interrupção da prescrição pela habilitação do título em inventário, visto que o cheque perdeu sua qualidade cambial.

ROMEUI ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 327/333).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem negou seguimento ao apelo nobre quanto ao prazo prescricional aplicável com fundamento no art. 1.030, I, do NCPC e, quanto às demais questões, inadmitiu o recurso ante a harmonia entre o entendimento firmado no acórdão e o STJ e a ausência de negativa de prestação jurisdicional. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 367/373).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da negativa de prestação jurisdicional

Nos termos do art. 1.022 do NCPC, os embargos de declaração se destinam a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, excepcionalmente, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

No caso, não existe nenhum dos vícios do referido dispositivo legal,

tendo o ESPÓLIO apenas manifestado o inconformismo quanto ao entendimento delineado no acórdão embargado, revestindo-se a pretensão de caráter manifestamente infringente, o que não se coaduna com a medida integrativa dos embargos de declaração.

Dessa forma, não houve a omissão ou fundamentação deficiente aduzida, pois as questões submetidas ao Tribunal de Justiça local foram fundamentadamente examinadas, não merecendo censura o acórdão que rejeitou os embargos em razão da inexistência dos vícios dos arts. 489, §1º, IV e 1.022 do NCPC.

(2) Do prazo quinquenal

Verifica-se que a Corte estadual, no juízo de admissibilidade exercido, negou seguimento ao recurso especial por entender que a discussão relativa ao prazo prescricional aplicável encontra óbice no art. 1.030, I, alínea *b*, do NCPC.

Assim, considerando o entendimento desta Corte, a hipótese é de não conhecimento do presente agravo quanto ao tema. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em

recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELIZZE, Terceira Turma, j. 2/8/2016, DJe 25/8/2016).

(3) Da interrupção do prazo prescricional

Por fim, o ESPÓLIO defendeu a inaplicabilidade da interrupção do prazo prescricional prevista no art. 202, IV, do CC/02, por este dispositivo mencionar “título de crédito”, visto que a perda do prazo de execução do cheque afastaria sua natureza cambial.

No entanto, ainda que se trate de título prescrito, *mutatis mutandis*, o STJ já se posicionou no sentido de ser possível o protesto **cambial**, previsto no art. 202, III, do CC/02, a fim de evitar seja a pretensão de cobrança fulminada pela prescrição, visto que a prescrição até então ocorrida apenas inviabiliza a possibilidade de execução da obrigação cambial, resguardada a possibilidade de cobrança em ação de conhecimento ou monitória. Confirmam-se:

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO. TÍTULO DE CRÉDITO PRESCRITO. CRÉDITO PASSÍVEL DE COBRANÇA EM AÇÃO CAUSAL. PRETENSÃO NÃO PRESCRITA. INTERESSE PROCESSUAL. NECESSIDADE E UTILIDADE DA INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO.

1. Ausência de violação do art. 535 do Código de Processo Civil, porquanto o acórdão recorrido julgou com fundamentação suficiente a matéria devolvida à sua apresentação.

2. Ação cautelar de protesto proposta com o objetivo de interromper a prescrição da pretensão de cobrança de crédito representado em cédula rural hipotecária prescrita.

3. Prescrição do título de crédito que apenas encobre a pretensão de executar diretamente a obrigação cambial, não obstando a cobrança do crédito mediante ação de conhecimento ou de ação monitória.

4. A fluência do prazo de prescrição das ações causais inicia na

data do vencimento da obrigação, e não da prescrição do título de crédito.

5. Incidência do prazo de prescrição vintenária do Código Civil de 1916 para as ações pessoais (art. 177), com aplicação da regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002.

6. Prescrição não configurada.

7. Possibilidade de buscar o cumprimento da obrigação por meio de ação causal que denota o interesse processual no ajuizamento da ação cautelar de protesto, pois a interrupção da prescrição se mostra útil e necessária à cobrança do crédito.

8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1.252.018/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. em 28/08/2012, DJe 31/08/2012 – sem destaques no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO. INTERRUÇÃO DO PRAZO DE PRESCRIÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA NÃO PRESCRITA QUANDO DO AJUIZAMENTO DO PROTESTO. INTERESSE DE AGIR.

1. Embora consumado o prazo de prescrição da execução cédula de crédito rural, tem o credor interesse de agir para o ajuizamento de ação cautelar de protesto protocolada antes do término do prazo de cobrança pelo rito ordinário ou monitório.

2. Questão inovadoramente trazida no agravo regimental, a propósito da ocorrência de prescrição da própria ação causal, em face do atraso na citação na medida cautelar de protesto, haverá de ser decidida no curso da ação ordinária ou monitória eventualmente ajuizada pelo credor.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 287.559/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, j. em 23/06/2015, DJe 29/06/2015 – sem destaque no original)

Diante da possibilidade até mesmo de ajuizamento de ação cautelar de protesto do título, prescrito em relação à pretensão executiva, para evitar o decurso do prazo prescricional, é de se admitir, por analogia, a interrupção da prescrição pela apresentação do título, mesmo após a prescrição cambial, para habilitação na ação de inventário.

O ESPÓLIO ainda sustentou a existência de divergência pretoriana no tocante à interrupção do prazo.

Além de indicar o dispositivo legal e transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário que o recorrente proceda ao cotejo analítico, com a demonstração da identidade das situações fáticas e da interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo.

Da análise do recurso interposto, é possível verificar que o ESPÓLIO não cumpriu, efetivamente, essa tarefa, pois não demonstrou a exata similitude fática.

No caso, o acórdão impugnado entendeu pela ocorrência da interrupção do prazo prescricional ante a habilitação do cheque em inventário, ao passo que o acórdão trazido para confronto concluiu pela necessidade de discussão da *causa debendi* em ação de cobrança fundada em cheque prescrito, questão sequer examinada no recurso especial, em face da determinação do retorno dos autos ao Juízo de piso, após afastamento da prescrição, para que se prosseguisse no julgamento da demanda.

Dessa forma, o ESPÓLIO não conseguiu se desincumbir de demonstrar a divergência jurisprudencial no tocante a suas alegações.

A propósito, vejam-se os acórdãos:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ADIANTAMENTO POR CONTRATO DE CÂMBIO. NATUREZA EXTRACONCURSAL. EFEITOS. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUJEIÇÃO. AUSÊNCIA. AÇÃO EXECUTIVA. PROSSEGUIMENTO. SÚMULA Nº 568/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

[...]

3. Nos termos dos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, inviável o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional quando não demonstrada, como no caso em apreço, a similitude fática entre as hipóteses confrontadas, inviabilizando a análise da divergência de interpretação da lei federal invocada.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.215.891/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 17/9/2018, DJe 21/9/2018 - sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. MÚTUO BANCÁRIO. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. DATA DE VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA.

AUSÊNCIA.

[...]

5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.520.970/PE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 28/8/2018, DJe 10/9/2018 - sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, *caput*, do NCPC, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial quanto à negativa de seguimento sob o rito do art. 1.030, I, “b”, do NCPC e, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator